



## Renegociação de dívidas rurais deve ser facilitada

Plenário aprovou projeto que reduz burocracia para que produtores rurais renegociem débitos com bancos. Texto agora vai para a Câmara dos Deputados

O Plenário do Senado aprovou ontem um projeto que reduz a burocracia na renegociação de dívidas entre produtores rurais inadimplentes e bancos. O texto beneficia principalmente produtores que enfrentam problemas climáticos, como seca, geada e excesso de chuva. De acordo com o texto, eles poderão tratar

diretamente com os bancos, que deverão responder em até 180 dias se aceitam ou não as propostas de renegociação. A autora do projeto, senadora Ana Amélia, diz que hoje muitos produtores precisam recorrer a novos empréstimos para quitar débitos anteriores. O projeto foi relatado pelo senador Fernando Bezerra Coelho. **3**



Artistas, representantes de índios e de pessoas ligadas ao meio ambiente se reúnem com o presidente do Senado (C)

## Projeto que mantém Renca terá urgência

O Plenário do Senado aprovou ontem urgência para a votação do projeto de decreto legislativo, de autoria do senador Randolfe Rodrigues, que susta a decisão do governo de liberar para a mineração a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), nos estados do Pará e Amapá.

Mais cedo, um grupo de artistas, representantes dos povos indígenas e entidades ligadas ao meio ambiente entregou ao presidente da

Casa, Eunício Oliveira, um abaixo-assinado com 1,5 milhão de assinaturas contra a liberação da reserva para mineração e a favor da proteção da Amazônia e de seus povos. Também foi entregue um manifesto contrário à proposta que, para o grupo, representa uma ameaça ao meio ambiente.

Eunício se comprometeu a votar a urgência e disse esperar que dentro de 30 dias a questão esteja resolvida no Senado. **5**

## Em comissão, debate pede equilíbrio do ensino

Se o Brasil quiser atingir as metas do Plano Nacional de Educação 2014–2024, as políticas educacionais devem ser direcionadas às classes mais baixas. O diagnóstico foi

apresentado por especialistas na Comissão de Educação. Hoje o total de crianças fora da escola na educação infantil é quatro vezes maior entre os mais pobres. **8**



Senadora Lúcia Vânia (2ª à dir.) ouve Priscila Cruz, que pede oportunidades educacionais para os mais pobres

## Renan pede que Senado abra CPI para investigar supersalários

O senador Renan Calheiros apresentou ontem requerimento para a criação de uma CPI no Senado para investigar o pagamento de salários acima do teto constitucional para servidores públicos e disse que a CPI também poderia propor a devolução do dinheiro.

Segundo ele, a iniciativa não é contra “o Poder A, B ou C”, mas sim para garantir o cumprimento de uma regra que é comum para todos.

Renan disse que quase 50 senadores já assinaram o requerimento. **2**



Senador diz que salários acima do teto chegam a até R\$ 400 mil

## Senadores criticam nomeação de deputado à relatoria da CPI da JBS

O deputado peemedebista Carlos Marun foi confirmado ontem como relator da comissão parlamentar mista de inquérito da JBS.

Senadores de diversos partidos criticaram a nomeação. Eles questionam a isenção de Marun, que é aliado do presidente Michel Temer. **2**



O relator, deputado Marun, e o presidente da CPI, senador Ataide Oliveira

## CPI do BNDES vai ouvir Luciano Coutinho e Guido Mantega

A Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES aprovou ontem a convocação de Luciano Coutinho, ex-presidente do banco, e de Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, para esclarecer irregularidades durante suas gestões. A CPI chegou a aprovar a convocação do ex-presidente Lula, mas desistiu após protestos de senadores do PT. **5**

## Parlamentares aprovam parecer sobre MP que altera Executivo

A comissão mista da MP 782/2017 aprovou ontem o relatório sobre a medida provisória, que promove alterações na organização administrativa do governo federal. O texto autoriza a extinção de cargos, cria outros e dá status de ministro a dirigentes de alguns órgãos, como Secretaria-Geral da Presidência, Banco Central e Advocacia-Geral da União. **7**

## Firma de segurança eletrônica deverá ganhar regras **4**

## Pecuaristas pedem mais concorrência entre frigoríficos **6**

## Debate: SUS deve garantir remédio para doença rara **7**

## Senado discutirá privatização da Eletrobras **4**

Foto: Agência Senado



Senadores reunidos na CPI mista da JBS criticam a nomeação do relator, o peemedebista Carlos Marun

## Nomeação de relator da CPI da JBS recebe críticas

Para senadores de diferentes partidos, a confirmação do deputado Carlos Marun, ligado ao presidente Michel Temer, pode comprometer os trabalhos da comissão, que volta a se reunir na terça-feira

SENADORES DE DIVERSOS partidos criticaram ontem a nomeação do deputado Carlos Marun (PMDB-MS) como relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS. A indicação foi confirmada pelo presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Marun é aliado do presidente Michel Temer, gravado em conversas com o empresário Joesley Batista, dono da JBS. Joesley está preso na Polícia Federal, em Brasília.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) classificou a CPI como “uma farsa”. Ele criticou o fato de Ataídes ter participado de um encontro com Temer no sábado, dias antes da confirmação de Carlos Marun para a relatoria.

— Não há condição nenhuma de um presidente de CPI procurar um presidente da República que tem envolvimento no caso. O relator é o testa de ferro do presidente da

República na Câmara. Diante desta farsa, desta comissão chapa-branca, estou pedindo a retirada do meu nome. Não sou homem para me propor a isso.

Otto abandonou a reunião, atitude classificada pelo presidente da CPI como “falta de respeito com os colegas”.

### BR-163

Ataídes confirmou a ida ao Palácio do Jaburu, mas disse que foi até lá para tratar da duplicação de um trecho da rodovia BR-163, entre Goiás e Tocantins.

— O presidente, o relator e os sub-relatores da CPI não vão decidir o resultado da comissão. É uma barbaridade quando alguém diz que isso aqui é chapa-branca.

Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Lasier Martins (PSD-RS) também criticaram a indicação de Marun

para a relatoria. Para Randolfe, Marun é “incompatível” com o cargo. Caiado disse que a nomeação do peemedebista faz com que a CPI comece “carimbada”. De acordo com Lasier, o deputado “não era o homem mais adequado” para a função.

Carlos Marun admitiu que a indicação dele para a relatoria “desagradou a alguns membros” da CPI. Mas disse que a reação dos parlamentares não lhe causou “nenhum tipo de surpresa”.

A CPI só volta a se reunir na terça-feira que vem. O deputado Carlos Marun pediu mais tempo para apresentar o plano de trabalho.

A comissão tem 120 dias para apurar irregularidades em operações da JBS com o BNDES entre 2007 e 2016. Até ontem, senadores e deputados já haviam apresentado 135 requerimentos de convocações e diligências.

## Para Viana, Lula sofre uma “caçada injustificável”

O Brasil vive hoje uma “crise institucional sem precedentes”, disse Jorge Viana (PT-AC). O senador afirmou também que o ex-presidente Lula tem sofrido uma “caçada injustificável”. Para ele, muitas pessoas estão agindo fora da lei.

— Acho lamentável que setores do Judiciário, do Ministério Público participem disso, que não tem quem entenda de outra maneira a não ser uma grande perseguição ao presidente Lula. Se alguns companheiros ou ex-companheiros vão virar delatores, me pergunto: uma pessoa presa dois, três anos sem sentença é tortura, ou como é o nome? É chantagem? Quem aguenta? Quem resiste?

## Fátima critica “perseguição” ao ex-presidente

O ex-presidente Lula é vítima de uma perseguição implacável por forças conservadoras, que fazem tudo para condená-lo, mesmo sem provas, disse Fátima Bezerra (PT-RN). Ela classificou de “verdadeira caçada” a nova denúncia do Ministério Público Federal contra Lula. Pela denúncia, no âmbito da Operação Zelotes, Lula e o ex-ministro Gilberto Carvalho teriam recebido propina pela edição de medida provisória.

— Querem a todo custo impedir uma eventual candidatura do presidente Lula em 2018. Querem cassar sua cidadania política. E, portanto, impedir que o presidente Lula atenda ao sentimento popular.

## Gleisi questiona delação premiada na Lava Jato

Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou o uso da delação premiada como base para as investigações da Lava Jato. As recentes notícias envolvendo a delação de Joesley Batista, disse, mostram possíveis irregularidades no processo.

Ao questionar se outras ilegalidades não podem ter ocorrido em mais delações, como a do ex-senador Delcídio do Amaral, Gleisi criticou o fato de o ex-presidente Lula ter sido novamente intimado a depor.

— Quem falar tem que apresentar provas. Se o terreno é do presidente [Lula], prove-se isso.



Foto: Agência Senado

## Renan apresenta requerimento para criar CPI dos supersalários

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou ontem requerimento que pede a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os pagamentos de supersalários, acima do teto constitucional, para servidores e empregados públicos, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista. A CPI também visa estudar a possibilidade de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Segundo Renan, a iniciativa não é contra “o Poder A, B ou C”, mas para assegurar o cumprimento de uma regra que é para todos.

— Num momento em que

o Brasil não tem dinheiro para manter o funcionamento das universidades, num momento em que o Brasil corta dinheiro de ciência e tecnologia, em que o Brasil anuncia, conforme o ministro do Planejamento, que está prestes a não pagar os proventos e aposentadorias, como é que nós nos damos o luxo de pagar salários de R\$ 200 mil, R\$ 300 mil, R\$ 400 mil? Isso é um acinte, um escárnio, não pode continuar a acontecer — afirmou.

O requerimento tem o apoio de quase 50 senadores, disse Renan. Entre eles, o líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (RJ).

## Paim defende projeto que mantém reserva

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do projeto (PDS 171/2017) que susta os efeitos do decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre (Renca), no Pará e no Amapá. Mesmo com a suspensão temporária da medida pelo governo, Paim afirmou ser necessário que todos se mobilizem para impedir a exploração mineral na região.

— A mineração naquela área pode provocar efeitos devastadores no meio ambiente.



Foto: Agência Senado

## Muniz propõe simplificação do processo eleitoral

A reforma política em análise no Congresso deve aperfeiçoar, e não acabar com o sistema eleitoral, disse Roberto Muniz (PP-BA). Para ele, o Parlamento deve fazer pequenos aperfeiçoamentos e simplificar o processo. Como exemplo do que deve mudar, citou os “efeitos Tiririca e Enéias”, quando deputados são eleitos na esteira de puxadores de voto.

— Não adianta ficar criando um sem número de leis. Se a gente verticalizar as eleições, vai melhorar muito o ambiente político no Brasil.



Foto: Agência Senado

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Atendimento ao consumidor**  
8h30 Entre os 23 itens, projeto que obriga SACs a atender ligação de celular.
- CAS Segurança privada**  
9h Audiência para debater projeto que cria o Estatuto da Segurança Privada.
- CDR Estâncias**  
9h Na pauta de 6 itens, proposta que fixa condições para a classificação de estâncias.
- CTEC Programas de fidelidade**  
9h Votação de regras para programa de fidelidade de clientes e mais 5 propostas.
- MP 793/2017 Funrural**  
9h30 Audiência pública.
- CCJ Sistema eleitoral**  
10h Um dos 44 itens da pauta é sobre voto distrital misto nas eleições proporcionais.

- CÓDIGO DA AERONÁUTICA Votação**  
10h30 Análise da criação do novo código.
- CDH Crianças com deficiência**  
11h Análise de projeto que obriga shopping a ter brinquedo para crianças com deficiência.
- CSE Senado do Futuro**  
11h30 A comissão analisa requerimentos.
- PLENÁRIO Agentes de saúde**  
14h30 Regulamentação da profissão é o primeiro item da pauta.
- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Agenda**  
14h30 Apresentação do plano de trabalho.
- MP 779/2017 Aeroportos**  
14h30 A comissão da MP, sobre outorgas de aeroportos, analisa relatório.
- MP 785/2017 Novo Fies**  
14h30 Audiência pública.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Renegociação de crédito rural deve ficar mais fácil

Projeto que diminui a burocracia para os produtores inadimplentes entrarem em acordo diretamente com os bancos foi aprovado em Plenário e segue para análise da Câmara

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que torna menos burocrática a renegociação do crédito rural. De acordo com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 354/2014, agricultores inadimplentes poderão renegociar as dívidas de forma mais ágil, diretamente com as instituições financeiras que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como o Banco do Brasil. A proposta vai agora para a Câmara dos Deputados.

A autora, senadora Ana Amélia (PP-RS), afirma que muitos produtores rurais são levados a contrair novos empréstimos para quitar dívidas anteriores, sendo frequente a necessidade de renegociação. Em muitos casos, segundo a senadora, a falta de ambiente para entendimento leva à judicialização dos conflitos relativos ao crédito rural, atrasando a solução e prejudicando a produção de alimentos.

Ana Amélia diz que os problemas de endividamento dos produtores serão solucionados com mais agilidade e menor custo se os bancos forem incentivados a promover acordos por meio de processos administrativos.

O texto define regras para esses acordos, como o esta-



Senadores participam da sessão plenária em que aprovaram projeto que facilita renegociação de dívidas rurais

belecimento de prazos. Para a conclusão de um processo de renegociação, o projeto prevê até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação por igual período “mediante comprovada justificativa”.

## Tempo de resposta

A proposta determina que, após receber do agricultor o pedido de negociação da dívida, o banco terá até 60 dias para responder. Serão analisadas a proposta de quitação apresentada pelo credor e sua capacidade de cumprimento do novo acordo.

O banco poderá pedir perícias técnicas e sugerir mu-

danças na proposta caso o agricultor seja devedor de outros empréstimos rurais.

Se for aprovada, a proposta terá força de título extrajudicial. Se for rejeitada, o agricultor poderá reapresentá-la, desde que haja mudança em fatores que orientaram a análise inicial.

O PLS 354/2014 foi aprovado no Plenário com uma emenda do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) que estabelece critérios específicos e indispensáveis, como comprovação de prejuízos e perdas, para a prorrogação de caráter obrigatório. Não haverá indeferimento se os pré-requisitos

forem cumpridos nem haverá necessidade de intervenção do Conselho Monetário Nacional.

## Calamidade pública

A emenda de Moka estabelece que a inadimplência ficará suspensa até a conclusão da análise da renegociação, assim como as restrições cadastrais e impeditivas do produtor rural. Em caso de prorrogação, os encargos normais da operação serão mantidos, livres de multas, moras e outros encargos previstos no contrato original. A emenda também permite a recomposição de dívidas mesmo nos casos em que o prejuízo não decorrer de perdas de

receitas por fatores adversos à vontade do produtor.

“A proposta garante a prorrogação automática quando decretado estado de calamidade pública, quando laudo técnico, inclusive coletivo ou da Secretaria de Agricultura municipal ou estadual, comprove que o evento afetou a rentabilidade da atividade no município ou no estado”, explica Moka na justificativa da emenda.

De acordo com ele, os ajustes que apresentou foram sugeridos pelo Banco do Brasil e entidades de classe.

O projeto foi relatado no Plenário pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que apresentou voto favorável ao texto e à emenda em nome das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura (CRA). Para ele, o PLS 354/2014 é fundamental para o setor rural.

Ana Amélia afirmou que as novas regras darão mais transparência à renegociação das dívidas dos agricultores atingidos por calamidades.

A proposta foi apoiada pelo senador José Serra (PSDB-SP), segundo o qual a agricultura brasileira tem o maior saldo comercial do mundo e aumentou sua produtividade em mais de 200% nos últimos três anos.

## Senado confirma indicação de dois novos diretores do Banco Central

As indicações de dois novos diretores para o Banco Central foram aprovadas no Plenário ontem. Paulo Sérgio Neves de Souza e Maurício Costa de Moura são servidores de carreira do banco e terão mandato por dois anos.

Chefe do Departamento de Supervisão Bancária da Diretoria de Fiscalização do Banco Central desde 2015, Souza ingressou no BC em 1998. Antes trabalhou no Banco do Brasil por quase 13 anos.

Já Moura é chefe de gabinete do presidente do BC, Ilan Goldfajn. Está no banco desde 2009 e já passou por diversas

áreas da instituição.

Os dois foram sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no final de agosto. Para os senadores, Paulo Sérgio Souza fez uma avaliação positiva da evolução da economia do país, com sinais de melhora no quadro de confiança dos agentes econômicos.

Já Maurício de Moura observou que, “sobre as altas taxas de juros do país, é preciso olhar com maior atenção as taxas reais (descontada a inflação) esperadas para períodos futuros, as que mais importam para os investimentos”.

## Procurador é reconduzido ao Conselho Nacional de Justiça

Foi aprovada ontem em Plenário a recondução do procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior para novo mandato de dois anos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Hossepian foi sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em agosto. Ele comentou os salários pagos aos integrantes do Judiciário e disse aos senadores esperar por decisão que contemple dignamente as carreiras jurídicas.

Sobre a morosidade do Judiciário, o conselheiro afirmou aos senadores que o CNJ vem

enfrentando a questão por meio de estímulo às práticas da mediação e da conciliação criadas por leis mais recentes. O objetivo, explicou, é privilegiar as soluções mais céleres, inclusive nos casos que envolvam a Administração Pública.

Especialista e mestre em Direito Penal, o conselheiro foi promotor de Justiça criminal em São Paulo. Promovido a procurador de Justiça em 2009, ocupou a função de subprocurador-geral de Justiça de Relações Externas. Também foi secretário-adjunto da Segurança Pública do Estado de São Paulo entre 2010 e 2011.

## Proibição de cobrança retroativa do Funrural é promulgada

Foi promulgada ontem a resolução do Senado que beneficia os produtores rurais com dívidas com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

O texto (PRS 13/2017), aprovado em agosto, suspende a aplicação de dispositivos da Lei da Seguridade Social relativas à contribuição para o Funrural, considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamentos de 2010 e 2011.

— O projeto vem corrigir uma situação de enorme injustiça para com os produtores rurais pessoas físicas, os quais vinham sendo tributados duplamente. A promulgação retira enorme peso dos ombros dos produtores rurais, trazendo-lhes a tranquilidade indispensável para gerar empregos e produzir alimentos e riquezas — comemorou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, ao promulgar a resolução.

## Projeto que regula atuação de agentes de saúde ganha urgência

O projeto que regulamenta a atuação dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias terá tramitação acelerada no Senado. Requerimento de urgência para o texto (PLC 56/2017) foi aprovado ontem pelo Plenário. Relatado por Marta Suplicy (PMDB-SP) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o

projeto poderá ser votado hoje.

A proposta estabelece atribuições, nível de qualificação e condições de trabalho dos agentes. O texto define em 40 horas semanais a jornada das categorias, dividida em 30 horas para atividades externas de visita domiciliar e outras ações e mais 10 horas para atividades de planejamento e avaliação.

## Eunício articula a liberação de recursos para Canindé, no Ceará

A prefeita de Canindé (CE), Rozario Ximenes, reuniu-se com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para discutir uma possível ajuda financeira que permita o desenvolvimento do município, localizado a 120 quilômetros de Fortaleza. Eunício relatou que vem negociando com o governo federal a destinação de recursos para as

áreas de esporte e saúde, além da malha viária da região. Com os recursos da pavimentação, a prefeita pretende construir o entorno da Basílica de São Francisco das Chagas. Canindé é um importante centro de peregrinação do Ceará.

Com informações da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Leia na pág. 7 sobre MP que parcela a dívida com o Funrural

# Avançam regras para firma de segurança eletrônica

Projeto de lei aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos prevê autorização específica para o funcionamento desse tipo de empresa, expedida após vistoria das instalações e certificação pelo governo

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a regulamentação das empresas de sistemas eletrônicos de segurança. Apresentado em 2007 pelo então deputado Michel Temer (PMDB-SP), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 85/2015 prevê a exigência de autorização específica para o funcionamento dessas empresas, expedida após vistoria das instalações e certificação por órgão federal ou estadual. A proposta vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto estabelece que, na fase inicial para a expedição do certificado de viabilidade de funcionamento (CVF), será verificada a capacidade operacional da empresa para exercer atividades de monitoramento e rastreamento.

## Documentos

A fase seguinte será destinada à apresentação de documentos, como contrato social que habilite a empresa a exercer as atividades e certidões negativas de registros criminais dos sócios. Nessa fase, também serão exigidos dados dos proprietários e funcionários, qualificação do

responsável técnico e a prova de sua relação contratual com a empresa. Os diretores e os funcionários não poderão ter antecedentes criminais.

A proposta institui a cobrança de taxas pela prestação dos serviços referentes às vistorias de instalações de empresas de monitoramento e rastreamento e à emissão de certificados de viabilidade de funcionamento das atividades.

## Exigências

O projeto também prevê que a empresa tenha uma sala central de uso exclusivo para monitoramento, com acesso controlado, linha telefônica exclusiva e sigilosa e sistemas de circuito fechado de TV, entre outras obrigações.

São consideradas empresas de sistemas eletrônicos de segurança as que atuam na elaboração de projetos e comercialização de produtos e serviços para acionar sistemas eletrônicos de segurança, rastreamento e monitoramento. Também entram na regulamentação empresas de monitoramento de sinais de alarmes e de imagens, de circuito fechado de televisão, de cerca eletrificada, de con-

trole de acesso e de detecção de incêndios, além de instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos que garantam o bom funcionamento de sistemas eletrônicos.

## Emendas

O relator substituto na CAE, Otto Alencar (PSD-BA), sugeriu duas alterações no projeto: uma exclui do alcance da lei empresas que mantêm sistemas eletrônicos de segurança em proveito próprio, com a utilização de seus empregados, desde que não prestem serviços dessa natureza a terceiros.

A segunda inclui entre os dispositivos de sistemas de segurança programas de computador, aplicativos, equipamentos de controle, armazenamento, detecção e informação de ocorrências que coloquem em risco a segurança de bens, semoventes (bens que podem se mover) e pessoas. Para Otto, a proposta dificulta a violação da intimidade das pessoas.

— Voto pela aprovação para a fiscalização permanente dos órgãos públicos, para que ninguém possa violar a intimidade das pessoas.

# Projeto obriga fatura de cartão a destacar taxa de juros cobrada

As taxas de juros cobradas pelas operadoras de cartão de crédito deverão passar a ser exibidas em local mais visível na fatura, ao lado do campo onde está impresso o valor mínimo para pagamento.

É o que estabelece projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem. O PLS 422/2015 seguirá agora para a Comissão de Transparência (CTFC).

Para o autor do texto, Ciro Nogueira (PP-PI), a falta de clareza leva consumidores

a pensar que o pagamento mínimo está livre de juros.

“Quando um consumidor paga o valor mínimo da fatura de cartão de crédito, está aderindo à modalidade de financiamento que cobra uma das mais altas taxas de juros praticadas no Brasil”, diz o autor na justificativa.

O relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), substituto de Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o projeto poderá ajudar a reduzir os riscos de superendividamento.

# Vítima de trabalho infantil pode ganhar prioridade como aprendiz

Adolescentes em situação de trabalho infantil ou que estejam diante desse risco podem passar a ter acesso prioritário às vagas de jovens aprendizes ofertadas pelas empresas. É o que prevê substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 241/2014, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, da ex-senadora Ana Rita, segue para a Comissão de Educação (CE).

O substitutivo, elaborado por Cristovam Buarque (PPS-

-DF), foi apresentado por Armando Monteiro (PTB-PE).

O texto original previa a reserva de 50% das vagas a jovens em risco de envolvimento ou já vivendo situação de trabalho infantil, ou que estivessem cumprindo medidas socioeducativas. Cristovam argumentou que a fixação de cota seria de difícil aplicação. Por isso, no substitutivo a cota obrigatória foi trocada pela previsão de oferta de vagas em condições que serão definidas em acordos de cooperação.

# Ceará deve receber US\$ 123 milhões para investir em saúde

O governo do Ceará deverá ser autorizado a firmar empréstimo de US\$ 123 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, para investir no Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde do Ceará. Foi o que decidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar ontem a proposta (MSF 54/2017), que segue ao Plenário.

Pelo texto da mensagem, o

governo do Ceará receberá os recursos, liberados entre 2017 e 2021, para investimento nas redes regionalizadas de saúde. O dinheiro irá para a construção e compra de equipamentos dos hospitais do Litoral-Jaguaribe e Metropolitan e para a construção de policlínica em Fortaleza.

Os recursos também vão financiar, entre outros pontos, a informatização da gestão da rede hospitalar e a melhoria das práticas de parto humanizado.

# Indicado para o Cade será sabatinado semana que vem

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai sabatar, na terça-feira, o advogado Walter de Agra Júnior, indicado pelo presidente Michel Temer para o cargo de procurador-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O relatório com a avaliação do currículo do candidato foi lido ontem pelo senador Otto Alencar (PSD-BA).

Agra Júnior se graduou em direito e é mestre em direito

processual. Participou do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre 2010 e 2016, e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) de 2013 a 2017.

Atualmente, o indicado é advogado no escritório Solon Belevides e Walter Agra Advogados Associados.

Para assumir o cargo, Agra Júnior precisa ter seu nome aprovado pela CAE e, em seguida, pelo Plenário.



Senadores na reunião em que aprovaram regulamentação de empresas de sistemas de segurança eletrônica

# Ministro debaterá privatização da Eletrobras

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, vai debater a proposta de privatização da Eletrobras, anunciada pelo governo em agosto, em audiência marcada para 26 de setembro, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em conjunto com a Comissão de Infraestrutura (CI).

O requerimento foi proposto por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e outros senadores. Eles querem saber, entre outros pontos, o impacto que a mudança causará para o preço da energia. O receio é que as tarifas subam drasticamente. Segundo Jorge Viana (PT-

-AC), a União deixará de ter a maioria das ações em 114 termelétricas, 69 eólicas e 47 hidrelétricas. Eles também pretendem discutir o tipo de operação que o governo fará para vender as ações.

## Uber

A CAE também vai debater projetos que regulamentam o transporte individual de passageiros pelo Uber (PLS 726/2015 e PLS 530/2015). A audiência será na quarta-feira. No mesmo dia, haverá debate sobre a crise fiscal do país.

Outro requerimento aprovado ontem, este de Otto Alencar

(PSD-BA), propõe ouvir o presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, sobre a recusa da instituição em repassar empréstimo de R\$ 600 milhões ao governo da Bahia.

A CAE também decidiu fazer audiência, proposta por Lindbergh Farias (PT-RJ), sobre o impacto das privatizações para políticas de desenvolvimento, e um encaminhamento de consulta, de Romero Jucá (PMDB-RR), para que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se manifeste sobre a constitucionalidade de projetos do Legislativo que criam fundos financeiros.

# Proposta que mantém reserva ganha urgência

Texto anula ato que extinguiu Reserva Nacional de Cobre, no Amapá e no Pará. Artistas entregaram a Eunício 1,5 milhão de assinaturas pedindo que área seja preservada

O PLENÁRIO APROVOU ONTEM urgência para votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 160/2017, que revoga o decreto de extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca). A reserva, de 2,3 milhões de hectares, está localizada no Amapá e no Pará. O projeto é do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Mais cedo, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu Randolfe e uma comitiva de artistas pedindo a aprovação do PDS.

O projeto, apresentado em agosto, foi assinado também pelos senadores Jorge Viana (PT-AC), João Capiberibe (PSB-AP), Cristovam Buarque (PPS-DF), Reguffe (sem partido-DF), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Otto Alencar (PSD-BA) e Lindbergh Farias (PT-RJ).

A produtora cultural Paula Lavigne pediu em nome do grupo que o presidente do Senado pautasse a urgência do projeto de decreto legislativo que revoga os efeitos do decreto presidencial.

— É a maneira mais segura para anular o decreto — defendeu.

Eunício se prontificou a pautar a urgência:

— Essa matéria será pautada. Eu acho que nós temos que resolver isso em 30 dias aqui na Casa. Se dependesse só do meu voto, estava tudo resolvido.

A Renca foi criada em 1984 e desde então as atividades na área passaram a ser de responsabilidade da Companhia Brasileira de Recursos Minerais (CPRM) ou de empresas autorizadas pela companhia.

Além de cobre, estudos geológicos apontam a ocorrência de ouro, manganês, ferro e outros minérios na área.

## Abaixo-assinado

Participaram do encontro com Eunício artistas do grupo 342 Amazônia e representantes indígenas e de entidades de proteção do meio ambiente. Eles entregaram mais de 1,5 milhão de assinaturas, recolhidas pela internet, contra a liberação da Renca para mi-



Randolfe, Eunício e Paula Lavigne entre artistas, líderes indígenas e de movimentos ligados ao meio ambiente

neração e a favor da proteção da Amazônia e de seus povos. Também foi entregue um manifesto contrário a propostas que, para o grupo, representa ameaça ao ambiente.

— Esta comitiva representa uma parcela muito importante da população. Nesse sentido, nós somos milhares de pessoas, num encontro de amor suprapartidário, a favor dos

parlamentares que defendem a Amazônia, que está no Brasil sob a nossa guarda — explicou a atriz Christiane Torloni.

## Decreto presidencial

O decreto presidencial extinguindo a Renca foi publicado no fim de agosto. Com a repercussão negativa, foi anunciada a edição de um novo decreto, consolidando

trechos de outras leis da área ambiental. No entanto, o novo texto também passou a ser alvo de contestações, motivo que levou o Ministério de Minas e Energia a publicar uma portaria suspendendo por 120 dias os efeitos da norma, para que, nesse período, houvesse debate sobre o tema.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

## CPI do BNDES convoca Luciano Coutinho e Mantega, mas libera Lula de depoimento

A Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES aprovou ontem a convocação de Luciano Coutinho, ex-presidente do banco, e de Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, para esclarecer irregularidades que teriam ocorrido no banco nos governos de Lula.

A CPI chegou a aprovar a convocação de Lula, desfeita após os protestos de Lindbergh Farias (PT-RJ) e Paulo Rocha (PT-PA). Depois de acordo com o presidente da CPI, Davi Alcolumbre (DEM-PA), ficou mantida apenas a convocação de Coutinho e Mantega.

Lindbergh e Paulo Rocha afirmaram que não havia quorum para votação dos re-

querimentos, além de não ter havido discussão da matéria, que não constava da pauta. Alcolumbre argumentou que o regimento do Senado autoriza a inclusão na pauta de propostas que não tenham sido relatadas no prazo.

Lindbergh ameaçou, então, pedir a convocação do senador

Aécio Neves (PSDB-MG) para prestar esclarecimentos sobre o episódio JBS, caso não fosse anulada a convocação de Lula. Após a anulação, Roberto Rocha (PSB-MA) disse que Lula poderá colaborar com a CPI no prazo apropriado.

Autor dos requerimentos de convocação, Lasier Martins

(PSD-RS) disse que o Brasil vive um momento “conturbado”. O senador afirmou que Coutinho, Mantega e Lula “são pessoas que viveram decisivamente, mais do que ninguém, os episódios tumultuados da relação governo/BNDES”, o que justificaria a convocação, e não um convite para depor.

## CVM

A votação dos requerimentos ocorreu durante audiência com o superintendente de Relações com Empresas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), Fernando Vieira.

Ele explicou que não cabe à entidade supervisionar as políticas públicas da BNDES-

Par, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM. Segundo Vieira, a entidade mantém tolerância zero com a falta de prestação de informações.

— Todos os atos normativos da CVM passam por audiência pública. Não vejo nenhuma legislação para melhorar a governança da BNDESPar.

Questionado pelo relator, Roberto Rocha, Vieira frisou que a CVM “não poderia ter feito nada” para impedir supostas fraudes entre a JBS e a BNDESPar.

— Não tenho como dizer se algum órgão falhou, mas a CVM fez o que tinha que ser feito.



Alcolumbre (C) e Roberto Rocha, presidente e relator, ouvem Vieira, da CVM

## Lídice critica governo por desistir de empréstimo de R\$ 600 milhões para a Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou o governo federal por desistir de liberar um empréstimo de R\$ 600 milhões para o governo da Bahia para investimentos em mobilidade urbana, saúde e educação.

Segundo a senadora, o compromisso havia sido assumido pelo presidente Michel Temer.

Ela afirmou que a atitude é uma perseguição ao povo baiano e informou que apresentou requerimento de convocação do presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, para prestar esclarecimentos sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAS).

## Ângela afirma que privatização da Eletrobras vai prejudicar Roraima

Roraima só tem a perder com a eventual privatização da Eletrobras, disse Ângela Portela (PDT-RR). Para ela, vender a estatal significa condenar o estado a viver por mais tempo com energia cara e de má qualidade, pois não serão feitas as obras para interligar Roraima ao sistema elétrico nacional.

A senadora também afirmou ser mentiroso o discurso do governo de que, com a privatização, a energia vai ficar mais barata.

— Os novos controladores não terão, obviamente, nenhum interesse em reduzir preços. Vão é aumentar preços.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Gurgacz pede investimentos em infraestrutura para escoar produção agrícola

O PIB agropecuário deverá crescer 10,9% em 2017, disse Acir Gurgacz (PDT-RO), citando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Por isso, o senador afirmou estar preocupado com a infraestrutura para o escoamento dessa produção agrícola.

— Os prognósticos apontam uma safra de 288 milhões de toneladas de grãos para 2026 e 2027, um crescimento de 24%. A produção de carnes bovina, suína e de aves deverá crescer 7,5 milhões de toneladas, ou seja, 28% a mais que hoje. A produção cresce, mas a infraestrutura não acompanha o ritmo. Ou o governo investe o necessário, ou concede para a iniciativa privada.

## Para Raupp, crescimento do café em Rondônia se deve a empenho do governo local

O crescimento da produção de café em Rondônia, segundo Valdir Raupp (PMDB-RO), deve-se ao esforço coordenado do governo estadual para fortalecer o setor e o aumento da qualidade do café. Segundo o senador, a agricultura cafeeira é a segunda mais importante de Rondônia, e o estado tornou-se o quinto maior produtor de café do Brasil.

— Rondônia tem hoje a maior produtividade de café do Brasil.

Raupp destacou as pesquisas da Embrapa e a importância do Sebrae no apoio aos pequenos cafeicultores.



Waldemir Borreto/Agência Senado

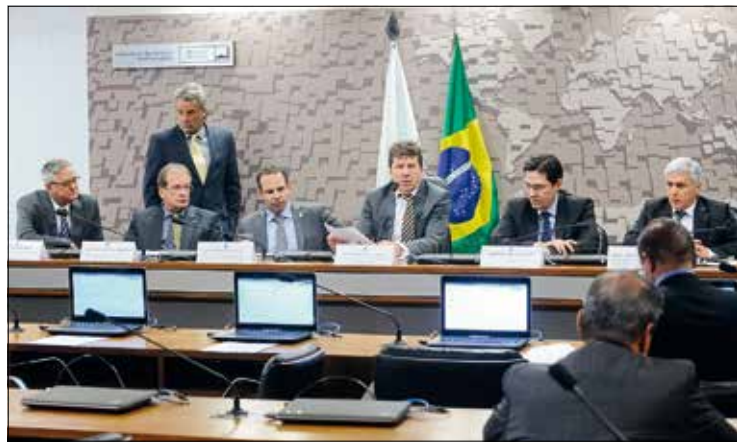
# Pecuaristas querem maior concorrência no setor

Em audiência ontem na Comissão de Agricultura, Wellington e produtores rurais apontaram a dependência dos grandes frigoríficos no país

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), ontem, senadores, autoridades e pecuaristas defenderam a entrada de pequenos e médios frigoríficos no mercado para reduzir a concentração e melhorar a concorrência no setor de carnes.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) explicou que, na última década, a intervenção do BNDES financiou a compra de estabelecimentos menores por grandes frigoríficos e estimulou a criação das chamadas campeãs nacionais na indústria de processamento de carnes e derivados.

— O caso mais notório de grandes empresas beneficiadas pela política de empréstimos subsidiados do governo é o da JBS. Conceder empréstimos a juros subsidiados a grandes frigoríficos acabou por prejudicar a rentabilidade dos produtores rurais e por causar o fechamento de postos de trabalho existentes em vários pequenos e médios



Cassol (4º à esq.) conduz debate sobre concentração no setor de carnes

municípios no interior do Brasil — criticou.

Os criadores de bovinos, aves, suínos, ovinos e caprinos afirmaram que há muitos produtores e poucas indústrias, o que facilita a combinação de preços pelos compradores. O representante do Sindicato Rural de Cuiabá (MT), Jorge Miranda, lembrou que a recente crise no setor afeta toda a cadeia de compra e venda de gado.

## Dependência

Miranda disse que, apesar dos esforços para melhorar a produtividade, no Mato Grosso existem 16 plantas frigoríficas paralisadas e os criadores dependem da empresa JBS.

— Hoje o estado é refém de um grupo econômico. Nós

temos rezado inclusive para que este grupo econômico continue de pé e tenha a sua saúde financeira inabalada. Por quê? Porque hoje 50% dos abates estão na mão da JBS. A nossa dependência dessa indústria é muito grande — afirmou.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luis Eduardo Rangel, reconheceu que o mercado brasileiro é dominado por poucas empresas. No entanto, destacou as ações do governo para implantar uma nova política para o setor, que permita a reativação das fábricas que estão fechadas, maior participação das pequenas e médias empresas e a garantia da qualidade da inspeção sanitária.

# Avança projeto que enrijece controle de pragas urbanas

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou o relatório de Jorge Viana (PT-AC) a projeto sobre a prestação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos por empresas especializadas. O PLC 65/2016 segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta disciplina a atividade das empresas dedetizadoras, desinsetizadoras e de controle de roedores.

Viana explicou que o projeto tem o mérito de buscar salvaguardas protetivas e mais segurança a quem entra em contato com os pesticidas. O texto trata da aplicação de veneno em áreas urbanas,

buscando imunizar as cidades do ataque de pragas e animais como morcegos, escorpiões, pernilongos, moscas, ratos e baratas. O senador lembrou trabalhos desenvolvidos pela antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), durante a década de 1990, com o pesticida diclorodifeniltricloroetano (DDT).

— Quem é da Amazônia sabe que a aplicação do DDT, se por um lado evitou situações graves para a população como um todo, por outro causou muitas mortes. Há indícios científicos fortes de que, em decorrência do DDT, mais de 240 pessoas ficaram muito doentes só no

Acre, e algumas também faleceram — disse.

Paulo Rocha (PT-PA) também citou que, nas cidades onde mais foram aplicados o DDT e outros compostos, identificou-se uma ocorrência muito acima da média de câncer de pulmão nos ex-trabalhadores da Sucam.

O projeto aprovado na CMA obriga que as empresas especializadas obtenham das autoridades competentes uma licença de funcionamento. Exige também que aplicadores, operadores e técnicos sejam submetidos a treinamento específico e periodicamente atualizado.

# Norma busca impedir que emendas pressionem teto de gastos públicos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) votará na próxima semana instrução normativa para regular a apresentação de emendas parlamentares ao Orçamento que sejam destinadas aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União (MPU), aos Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e da Justiça (CNJ) e à Defensoria Pública da União (DPU).

A ideia é que, ao direcionar recursos a um desses órgãos, o autor da emenda (que pode ser individual, de bancadas estaduais e de comissões) já indique uma ação dentro do mesmo órgão que será cancelada em igual valor. Com isso, o teto de gastos para o ano não será desrespeitado. Por exemplo: se um parlamentar quer destinar R\$ 500 mil para a construção de uma unidade da Defensoria no seu estado, ele deve indicar uma despesa da Defensoria, no mesmo valor, que será cortada.

A instrução normativa foi apresentada ontem pelo

relator-geral da proposta orçamentária de 2018 (PLN 20/2017), deputado Cacá Leão (PP-BA), aos líderes de partidos com assento na comissão.

Leão disse que a instituição do teto anual de gastos para os órgãos públicos tornou necessária a criação de um regimento para as emendas, principalmente as destinadas aos órgãos que não integram o Executivo. Os recursos para as emendas são alocados no Executivo em uma reserva específica, e integram o limite de gastos desse Poder. Mas quando o dinheiro sai da reserva para um órgão de fora do Executivo, via emenda parlamentar, ele passa a pressionar o limite de gastos do beneficiado. O deputado explicou que essa situação imporá uma “nova dinâmica” à apresentação das emendas.

— A discussão das emendas terá que ser feita diretamente com o próprio órgão. O parlamentar, ao apresentar a emenda, deve fazer a discussão antecipadamente — disse.

Com Agência Câmara

# Indicação para Agência Nacional do Petróleo vai para o Plenário

A nova sistemática de preços da Petrobras para a gasolina e o diesel, que levou a sucessivos reajustes nas últimas semanas, e a venda de ativos da estatal foram defendidas ontem, em sabatina, por José Cesário Cecchi, indicado para diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O nome de Cecchi foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI) por 11 votos a favor e 4 contrários, e segue agora para o aval do Plenário do Senado.

Sobre a sistemática de preços, Cecchi enfatizou que não cabe à ANP regular o quanto é cobrado nas bombas, mas considerou que a volatilidade dos valores dos combustíveis (para “cima e para baixo”) é positiva para o mercado.

Acir Gurgacz (PDT-RO), Hélio José (PMDB-DF) e Jorge



José Cesário Cecchi defendeu venda de ativos pela Petrobras

Viana (PT-AC) criticaram a nova sistemática de preços e pediram uma postura mais atuante da ANP.

— O preço antes era atrelado ao aumento do dólar. Hoje, falta clareza — disse Gurgacz.

Viana afirmou que o cidadão está indignado com os recentes reajustes. Hélio José afirmou que o preço da gasolina sobe reiteradamente e que o mercado do combustível é formado por cartéis.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burle  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Medida provisória editada em maio pelo presidente Michel Temer concede status de ministro a seis autoridades, entre elas o chefe da Secretaria-Geral e o da Secretaria de Governo da Presidência

## Avança MP que modifica estrutura do governo federal

A COMISSÃO MISTA que analisa a MP 782/2017 aprovou ontem o relatório da medida provisória, que promove alterações na organização administrativa do governo federal. Desde que foi editada, em maio, a MP tem dividido opiniões.

A medida confere status de ministro a Moreira Franco, atual chefe da Secretaria-Geral da Presidência e um dos investigados pela Operação Lava Jato, o que lhe garante direito a foro privilegiado. Outra MP sobre o assunto (768/2017) perdeu vigência por não ter sido votada dentro do prazo.

Alegando inconstitucionalidade, três partidos e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com ações diretas contra a MP. Segundo os autores, a medida fere o dispositivo constitucional que proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou perdido a vigência por vencimento de prazo.

A MP 782 autoriza a extinção de cargos e cria outros. O texto fixou em cinco os órgãos vinculados à Presidência da República: Casa Civil, Secretaria

de Governo, Secretaria-Geral, Gabinete Pessoal do Presidente da República e Gabinete de Segurança Institucional. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), inseriu mais um: a Secretaria de Aquicultura e Pesca. Antes, a secretaria era ligada ao Ministério da Agricultura.

Além do chefe da Secretaria-Geral, o texto também dá status de ministro aos chefes da Casa Civil, da Secretaria de Governo e do Gabinete de Segurança Institucional, ao advogado-geral da União e ao presidente do Banco Central.

Outra mudança acatada por Flexa Ribeiro é a que transfere a competência de demarcar terras quilombolas da Casa Civil para o Ministério dos Direitos Humanos. Flexa também aceitou uma sugestão para que o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais integre a estrutura básica do Ministério dos Direitos Humanos. Atualmente, o conselho faz parte do Ministério do Desenvolvimento Social.



Laerte Bessa, presidente da comissão que analisa MP, e Flexa Ribeiro, relator

## Pecuaristas e frigoríficos rejeitam pagar Funrural

A medida provisória que institui o parcelamento das dívidas dos produtores rurais com o Funrural foi criticada ontem na comissão mista que analisa a matéria. Os parlamentares ouviram membros de órgãos federais de arrecadação de tributos e representantes do setor produtivo, como pecuaristas e frigoríficos. A MP 793/2017 institui o Programa de Regularização Tributária Rural, referente a contribuições vencidas até 30 de abril de 2017.

O assessor da presidência da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne, Tadeu Bellincanta, recomendou que os frigoríficos não façam a adesão ao parcelamento até o dia 29 deste mês, como propõe a Receita Federal.

O subsecretário de Arrecadação da Receita Federal, João Paulo Fachada, advertiu que a não adesão “pode resultar em complicações”.

O setor produtivo se mostrou contrário ao pagamento do Funrural, por entender que as margens de lucro são muito pequenas, no máximo de 2%, gerando dificuldades econômicas para as empresas.

O coordenador da Associação Brasileira de Frigoríficos, Paulo Mustefaga, disse que o setor foi prejudicado por inter-

ferências como a concessão de crédito fácil, barato e subsidiado para alguns grupos, gerando “distorção do mercado”.

Simone Tebet (PMDB-MS) sugeriu que os impostos devidos tenham base de cálculo na produção ou na folha de pagamento, ficando isso a critério do produtor. Representantes da Receita, no entanto, consideraram que essa sistemática “não é desejável porque vai implicar custos adicionais para o cumprimento da cobrança”.



Dário Berger (4º à esq.) preside debate sobre Funrural em comissão mista

## MP dos royalties da mineração será tema de debates

A comissão mista responsável pela análise da MP 789/2017 aprovou ontem seu plano de trabalho. A MP muda as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), os royalties da mineração.

Pelo texto do governo, as alíquotas devem incidir sobre a receita bruta, e não mais sobre a líquida.

Haverá audiências públicas até 13 de outubro. A apresen-

tação e a análise do relatório estão previstas para ocorrer logo em seguida, entre os dias 17 e 24. A agenda foi apresentada pelo relator, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

Além das audiências públicas, haverá eventos regionais para debater a medida.

Pela MP, as alíquotas da Cfem terão variação entre 0,2% e 4%. O ferro terá alíquota de 2% a 4%, dependendo do preço na cotação internacional.

Os minérios restantes terão as seguintes alíquotas: 0,2% para os extraídos sob regime de lavra garimpeira; 1,5% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais para uso imediato na construção civil; 2% para aqueles cuja alíquota será definida com base na cotação internacional do produto; e 3% para bauxita, manganês, diamante, nióbio, potássio e sal-gema.



Ao lado de Temer, Eunício (E) ouve a indústria e centrais sindicais

## Eunício participa de debate sobre economia no Palácio do Planalto

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem de encontro do presidente Michel Temer com ministros e representantes da indústria e das centrais sindicais. Ao abrir a reunião, Temer anunciou que o objetivo do encontro era trocar ideias com a sociedade civil para

gerar emprego e retomar o desenvolvimento econômico.

O grupo entregou um documento ao presidente Temer pedindo a ampliação do crédito, a conclusão de obras inacabadas e a redução dos juros.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Moka, Requião e Dalírio conduzem o debate sobre o tratamento

## Grupo defenderá oferta pelo SUS de remédios para doenças raras

A Subcomissão de Doenças Raras ouviu ontem representantes do Ministério da Saúde, da Defensoria Pública da União, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da indústria farmacêutica e de entidades em prol do tratamento de doenças raras. O objetivo da reunião foi definir as prioridades de debates do colegiado, criado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O presidente da subcomissão, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), sugeriu como uma das prioridades a continuidade do fornecimento de medicamentos já disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). Ele também propôs criar uma rubrica orçamentária específica para alocação de recursos para obtenção de remédios para doenças raras.

### Judicialização

A criação de uma legislação específica e permanente foi uma outra prioridade estabelecida por Moka. O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), escolhido relator da subcomissão, defendeu o direito do cidadão de recorrer à Justiça para conseguir o tratamento necessário.

— A judicialização é uma

prerrogativa de todos os cidadãos. O que nós queremos é que cada vez mais a área da saúde possa atender essas pessoas sem que elas precisem desse mecanismo.

O defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz, explicou que os cidadãos procuram a Defensoria Pública da União porque já tentaram de várias formas conseguir o seu tratamento ou medicamento.

— Vida e saúde merecem a atenção da Defensoria, do Judiciário, do Executivo, por meio do Ministério da Saúde e, mais ainda, do Legislativo.

Para Maria Cecília Martiniano de Oliveira, presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG), o paciente “não quer travar uma batalha judicial sem saber se vai ganhar ou não”, pois este já passa por muitas dificuldades desde o diagnóstico da doença.

### Políticas

Os participantes criticaram ainda a falta de incentivo à implementação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, do próprio Ministério da Saúde.

# Debatedores pedem novas políticas de educação

Em balanço sobre os três primeiros anos do PNE, especialistas afirmaram que é preciso direcionar as ações do governo para os mais pobres

EM AUDIÊNCIA NA Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), especialistas afirmaram que as políticas educacionais do governo devem ser direcionadas aos mais pobres se o Brasil quiser atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). O diagnóstico foi apresentado em um balanço dos três primeiros anos do PNE.

Para Herton Araújo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o cumprimento das metas do plano foi prejudicado pelas crises política e econômica.

— Assim que a gente aprovou o PNE, veio um furacão na nossa sociedade. Passamos por seis ministros da Educação desde que o plano foi aprovado.

As metas de universalizar até 2024 as matrículas das crianças, com idades entre 4 e 5 anos na educação infantil e entre 6 e 14 anos no ensino



Antonio José de Paiva Neto, Herton Ellery, Lúcia Vânia e Priscila Cruz discutem o PNE na Comissão de Educação

fundamental, já estão 90% cumpridas. Mas, apesar disso, o total de matrículas na educação infantil é quatro vezes menor entre os alunos mais pobres em comparação com os mais ricos.

O percentual de jovens fora do ensino médio é de 14% entre os mais ricos, enquanto 50% dos adolescentes mais pobres entre 14 e 17 anos não estão estudando.

## Desigualdade

Além disso, somente 45,4% das crianças mais pobres são consideradas alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental, enquanto 98%

das crianças com melhor condição financeira já estão alfabetizadas aos oito anos. Essa desigualdade foi ressaltada pela presidente-executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz.

— Para fazer com que as oportunidades educacionais sejam mais equivalentes, a gente precisa dar mais para quem tem menos: as melhores escolas, os professores mais experientes e a melhor infraestrutura — disse ela.

## Inclusão

Os participantes da audiência também defenderam a busca pelos 2,5 milhões de

brasileiros entre 4 e 17 anos que estão fora da escola.

A presidente da CE, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), lembrou que, em momentos de crise, cresce o número de pessoas que largam o estudo para trabalhar. Por isso, a senadora defendeu a retomada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

## Lançamento

— Estou propondo para o presidente do Senado fazer o lançamento bem amplo, para o Brasil inteiro, da retomada desse projeto, para que a gente possa focar, motivar as famílias a colocarem essas

crianças na escola — afirmou.

O PNE com vigência de 2014 até 2024 conta com 20 metas, das quais oito têm prazos intermediários já vencidos. Além disso, a lei tem 254 estratégias relacionadas a essas metas e 14 artigos que definem ações a serem realizadas pelo país.

## Creches

Os debatedores também destacaram que indicadores do Observatório do PNE (<http://www.observatorio-dopne.org.br>) mostram que as desigualdades educacionais no Brasil começam antes mesmo do ensino formal: enquanto 53% dos bebês entre 0 e 3 anos das famílias com melhor condição socioeconômica estão em creches; apenas 21,9% das famílias mais pobres têm acesso a esses estabelecimentos.

Ainda segundo dados do Observatório do PNE, quando o plano completou três anos, em 25 de junho deste ano, apenas seis dos 30 dispositivos relacionados à educação básica que deveriam ter sido cumpridos até 2017 haviam realizados total ou parcialmente.

# Audiência revela insegurança sobre futuro do ensino público

Em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) com Fernando Haddad, ex-ministro da Educação (2005-2012) e ex-prefeito de São Paulo (2013-2016), ontem, senadores e especialistas expressaram receio de que a educação pública no Brasil perca recursos e qualidade. O debate foi o primeiro de um ciclo sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), anunciou o próximo debate para 28 de setembro, em Salvador.

Haddad discutiu a proposta de Lídice da Mata (PSB-BA) que torna o Fundeb permanente

(PEC 24/2017).

— Com a PEC, temos condição de dar um passo fundamental para consolidar o Fundeb como política de Estado, sem ficarmos reféns das oscilações no campo da economia — explicou Fátima.

Para Haddad, o fundo tem forte relação com o foco da CDR na redução das desigualdades regionais:

— Antes do Fundeb, o investimento por aluno no Sudeste chegava a ser o dobro daquele num estado do Nordeste. Hoje é apenas 10%, 15% maior. Como o Fundeb vence em 2020, temos pelo menos dois anos para fazer uma boa discussão



Fernando Haddad, Fátima Bezerra e Lídice da Mata debatem sobre o Fundeb

sobre como aprimorá-lo.

Lídice disse que a Câmara analisa proposta similar (PEC 15/2015), mas que é válido já iniciar o debate no Senado.

— Não creio que esses cortes de investimento sejam por

ingenuidade. Vêm acompanhados de uma ideia clara, antes discutida com maior timidez, que é avançar a ideia da privatização das universidades públicas — disse.

Lindbergh Farias (PT-RJ)

apresentou números do Orçamento de 2018.

— Fiquei escandalizado. A educação superior, que em 2015 recebeu R\$ 13 bilhões, ano que vem terá R\$ 5,9 bilhões.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou o atual governo por não consultar a sociedade na elaboração de políticas educacionais. Representantes de entidades e movimentos traçaram um histórico dos benefícios trazidos pelo fundo para a valorização do magistério. Sylvia Gouveia, coordenadora de operacionalização do Fundeb, comprometeu-se a colaborar com o aperfeiçoamento da PEC de Lídice.

## Humberto Costa pede pena maior para agressão sexual

Humberto Costa (PT-PE) defendeu a aprovação de projeto dele que pune com reclusão de 2 a 4 anos quem pratica agressão sexual em veículos de transporte coletivo.

Segundo ele, é preciso uma lei específica, pois a regra atual considera esses crimes atos de menor potencial ofensivo.

— Seria uma resposta necessária e rigorosa a essa odiosa agressão dentro dos transportes coletivos.

O PLS 740/2015 pode ser votado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator é Magno Malta (PR-ES).



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Vanessa cobra medida para alterar reforma trabalhista

Há três meses a reforma trabalhista foi sancionada pelo presidente Michel Temer sem que tenha sido cumprida a promessa feita por ele aos senadores, inclusive aos da base do governo, de editar medida provisória para modificar pontos da nova lei, registrou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora lembrou que, para garantir a aprovação da reforma trabalhista no Plenário, os presidentes de quatro comissões do Senado assinaram um documento concordando com a promessa.

Vanessa também destacou a importância da Eletrobras e afirmou que, se a empresa for privatizada, “o Brasil pode dar adeus ao Programa Luz para Todos”.

## Sandoval lembra que Geddel foi ministro de Lula

Airton Sandoval (PMDB-SP) questionou afirmações de parlamentares de que Michel Temer não foi escolhido pelo povo para dirigir o país. O senador lembrou que o atual presidente compôs a chapa vitoriosa nas eleições de 2014.

Sobre os R\$ 51 milhões encontrados em um apartamento em Salvador, ele criticou os que dizem que o dinheiro pertence a um ex-ministro do presidente Michel Temer.

— Só esqueceram de dizer que a mesma pessoa também foi ministro de Lula e vice-presidente da Caixa no governo Dilma.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Ferraço critica condições da BR-101 no Espírito Santo

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) lamentou os dois acidentes de trânsito nas rodovias capixabas nos últimos 90 dias, que resultaram na morte de 34 pessoas.

Além de imprudência, alta velocidade e condições inadequadas do transporte de cargas, ele atribuiu os desastres à ineficiência do governo federal, que deveria ter duplicado a BR-101 até 2016.

Segundo o senador, 40% das mortes que aconteceram nos trechos da BR-101 poderiam ter sido evitadas, caso os contratos com as empreiteiras tivessem sido cumpridos e as obras realizadas.



Waldemir Bonetto/Agência Senado